

GLP Z Participações S.A

**Demonstrações financeiras
para o exercício findo em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

GLP Z Participações S.A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GLP Z Participações S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GLP Z Participações S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia atua em fase pré-operacional e não está gerando receitas decorrentes de suas atividades. Desta forma, a manutenção de suas atividades e de suas respectivas despesas administrativas depende dos recursos advindos dos aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

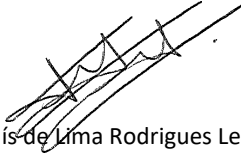
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Thais de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

GLP Z Participações S.A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	1				
Outros ativos circulantes	6	<u>1</u>	<u>11</u>	Contas a pagar	8	8	8
Total dos ativos circulantes		<u>1</u>	<u>12</u>	Total dos passivos circulantes		<u>8</u>	<u>8</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	10	9	1
				Reserva de capital	10	41	41
				Prejuízos acumulados		<u>(57)</u>	<u>(38)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>(7)</u>	<u>4</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>1</u></u>	<u><u>12</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1</u></u>	<u><u>12</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLP Z Participações S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	12	(19)	(38)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		<u>(19)</u>	<u>(38)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLP Z Participações S.A

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	_____(19)	_____(38)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO/PERÍODO	(19)	(38)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLP Z Participações S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Subscrito	A integralizar		
SALDOS EM 04 DE JANEIRO DE 2021		1	(1)	-	-	-	-
Aumento de capital social	10	100	(100)	-	-	-	-
Integralização de reserva de capital	10	-	1	-	-	-	1
Constituição de reserva de capital	10	-	-	29.900	(29.900)	-	-
Integralização de reserva de capital	10	-	-	-	41	-	41
Prejuízo líquido do período						(38)	(38)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		101	(100)	29.900	-	(38)	4
Integralização de capital social	10	-	8	-	-	-	8
Prejuízo líquido do exercício	10	-	-	-	-	(19)	(19)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		101	(92)	29.900	(29.859)	(57)	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLP Z Participações S.A

Demonstração do fluxo de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(19)	(38)
<i>Redução nos ativos operacionais:</i>		
Outros ativos circulantes	10	(11)
<i>Aumento nos passivos operacionais:</i>		
Contas a pagar	-	8
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(9)</u>	<u>(41)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital social	8	1
Integralização de reserva de capital social	-	41
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	8	42
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1)</u>	<u>1</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício/período	1	-
No final do exercício/período	-	1
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1)</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

1 Contexto operacional

GLP Z Participações S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 5º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 04 de janeiro de 2021.

Em 11 de maio de 2021, conforme ata de Assembleia Geral de Transformação (AGT), a sociedade foi transformada em sociedade anônima de capital fechado, passando a denominar – se “GLP Z Participações S.A.”, e não mais “GLP Z Participações LTDA”.

A Companhia tem por objeto social: (1) o investimento e participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de *marketing* relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

A GLP Brasil Ltda. é responsável pela gestão das operações e assume determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada.

Situação econômica e financeira

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$7 (positivo R\$4 em 2021) decorrente do volume de gastos necessários para a estudos de viabilidade de novos negócios. Além disso, a Companhia possui uma política de caixa mínimo e sua fase pré-operacional impossibilita, nesse momento, a geração de caixa advindos de suas operações. Aportes são efetuados pelo fundo para suprir a liquidação das obrigações.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade à suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de março de 2023.

3.2 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, as provisões para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, que se equiparam ao valor de custo considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

3.4 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo regime do Lucro Real, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$ 240 mil), e a contribuição pela alíquota de 9%.

3.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao — ou deduzidos do — valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa).

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.7 Prejuízo básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há diferença entre prejuízo básico e diluído por ação, pois não há instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

4 Pronunciamentos contábeis

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
1º de janeiro de 2022	Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
	Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2022.

- **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23)
1º de janeiro de 2023	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26)
	Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23)
	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	<u>-</u>	<u>1</u>
Total	<u>-</u>	<u>1</u>

6 Outros ativos

	31.12.2022	31.12.2021
Custos de novos empreendimentos (a)	<u>1</u>	<u>11</u>
Total	<u>1</u>	<u>11</u>

(a) Custos referente a estudos de novos empreendimentos para futura aquisição de concessões/participações.

7 Partes relacionadas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Não houve qualquer pagamento para os administradores em 2022 e 2021.

8 Contas a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões diversas (a)	<u>8</u>	<u>8</u>
Total	<u>8</u>	<u>8</u>

(a) Refere-se a provisão de serviços de auditoria prestados no exercício e que serão pagos no exercício subsequente.

9 Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental, tampouco em outros processos administrativos, que tenham sido classificadas como provável ou possível, conforme seus assessores jurídicos.

10 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está representado por 30.001.000 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal, no montante de R\$101. Desse montante, R\$8 correspondente a 8.000 ações, integralizados até 31 de dezembro de 2022 e R\$1 correspondente a 1.000 ações, integralizados até 31 de dezembro de 2021, o restante deverá ser integralizado até 31 de dezembro de 2022 subsequentemente prorrogado em 23 de fevereiro de 2023 para 31 de dezembro de 2059.

Em 04 de janeiro de 2021, em instrumento particular de constituição, foi aprovado capital social a integralizar no valor de R\$1 dividido em 1.000 ações.

Em 11 de maio de 2021, conforme ata de Assembleia geral de Transformação (AGT) foram emitidas em ata de assembleia 30.000.000 de ações no valor total de R\$30.000 sendo R\$ 100 destinados para Capital Social e o restante para Reservas de Capital.

Reserva de capital

Em 11 de maio de 2021 conforme ata de Assembleia Geral de Transformação (AGT) foi aprovado a constituição de reserva de capital de R\$29.900, dividido em 29.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. No exercício de 2021, foi integralizado o montante de R\$41 de Reserva de Capital, e o restante serão integralizados até 31 de dezembro de 2059.

Reserva de lucros

Estabelecida no Estatuto Social pelo saldo do lucro de cada exercício não destinado à constituição de reserva legal ou pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Somente poderá ser utilizada mediante deliberação em Assembleia para pagamento de dividendos adicionais ou compensação de prejuízos.

Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Companhias por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2022 e 2021, o resultado não foi distribuído em função do prejuízo acumulado.

11 Resultado por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo do exercício	(19)	(38)
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	30.001	19.233
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,0006)	(0,002)

12 Despesas gerais e administrativas

	31.12.2022	31.12.2021
Despesas com advogados, auditores e consultores	(18)	(8)
Despesas com publicações, publicidades e propaganda	-	(30)
Outras despesas administrativas	(1)	-
Total	<u>(19)</u>	<u>(38)</u>

13 Impostos de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R\$ 49 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição acumulados (R\$30 em 2021), para compensação com resultados tributáveis futuros. A Administração da Companhia registrará os referidos créditos quando da existência de projeções de lucros tributáveis futuros.

14 Instrumentos financeiros

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa zero, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia é formada pela integralização de capital dos acionistas detalhado na nota nº 10.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021	Classificação
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	Custo amortizado
Total	<u>-</u>	<u>1</u>	
Passivos financeiros:			
Contas a pagar	8	8	Custo amortizado
Total	<u>8</u>	<u>8</u>	

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designam derivativos (“swaps” de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de “hedge” de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro significativo exposto a taxa de juros variável como (aplicações financeiras, contas a receber e dívidas).

15 Seguros

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração optou por não constituir contratos de seguros para seus ativos.

16 Eventos subsequentes

Em 23 de fevereiro de 2023, foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária a prorrogação do prazo de aumento de capital social para até 31 de dezembro de 2059. Neste mesmo ato foi aprovado a incorporação ao capital social da reserva de capital.